



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL-SP

Secretaria Geral

“Palácio do Café”

PL 55/21

LEI Nº 4.826, DE 13 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre o sistema de estacionamento rotativo pago para veículos em vias e logradouros públicos e autoriza a concessão do serviço à iniciativa privada e revoga a Lei Municipal nº 3.073, de abril de 2007 e dá outras providências.

CRISTINA DO CARMO BRANDÃO BUENO DOMINGUES, Prefeita do Município de Espírito Santo do Pinhal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o item II, do Artigo 57, da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta Lei dispõe sobre o sistema de estacionamento rotativo pago para veículos nas vias e logradouros públicos do Município de Espírito Santo do Pinhal e passa a ser regido por esta Lei.

Artigo 2º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a instituir nas vias e logradouros públicos do Município, áreas especiais para o estacionamento rotativo de veículos automotores, denominado “Zona Azul”, que serão identificadas com sinalização específica, por tempo determinado e mediante pagamento de tarifa pré-estabelecida.

§ 1º - O tempo de uso do estacionamento será emitido por cada hora pretendida pelo usuário, respeitando o tempo máximo estabelecido na placa de regulamentação, tempo este podendo ser adquirido das seguintes maneiras:

a) Através dos representantes da concessionária ou nos postos de venda fixos, utilizando para o pagamento dinheiro, cartão de débito, crédito ou ainda qualquer tecnologia de pagamento regulamentada pelo Banco Central do Brasil;

b) Através de SMS enviado pelo usuário que esteja pré cadastrado no sistema, desde que previamente autorizado pelo perfil deste usuário cadastrado no sistema utilizando o CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) como principal chave de registro e controle, sem possibilidade de fracionamento;

c) Através da internet ou pelo aplicativo para smartphones.

mu



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL-SP

Secretaria Geral

“Palácio do Café”

§ 2º - Com o avanço tecnológico ou entendimento da Autoridade de trânsito do município, a forma de aquisição do tempo de uso poderá ser reajustada para melhor atender as demandas atuais.

§ 3º - Serão denominadas áreas especiais, para efeito desta Lei, as áreas que forem estabelecidas por Decreto regulamentar e que contenham sinalização regulamentadora, segundo o CTB - Código de Trânsito Brasileiro.

§ 4º - O sistema de estacionamento rotativo pago poderá abranger a disponibilização de bolsões de estacionamento, situados em áreas públicas ou privadas a serem disponibilizadas, visando a melhor ordenação das ocupações e a ampliação do número de vagas.

§ 5º - Nos bolsões situados em áreas públicas, poderão ser criadas áreas de estacionamento confinado, com horários e tarifas diferenciadas, e serão estabelecidos através de Decreto.

§ 6º - Nas áreas delimitadas como “Zona Azul”, o estacionamento remunerado de veículos far-se-á nos dias e horários especificados nas respectivas placas de sinalização, sendo este no horário normal do comércio.

§ 7º - Em datas especiais e/ou datas comemorativas, o horário normal poderá ser ampliado por ato do Poder Executivo Municipal e Autoridade de trânsito do município.

Artigo 3º - Os dias e horários de estacionamento na “Zona Azul”, bem como o valor da tarifa a ser cobrado, serão estabelecidos através de Decreto Regulamentar desta Lei.

Artigo 4º - Os dias, horários e normas de estacionamento na “Zona Azul” dos veículos que realizam carga e descarga, transportam materiais de construção, e que coletam lixo e entulhos através de caçambas coletoras dentro da área delimitada como “Zona Azul”, serão estabelecidos por Decreto.

Parágrafo Único - As empresas proprietárias das caçambas que estiverem estacionadas em locais de responsabilidade da Concessionária da Zona Azul deverão arcar antecipadamente com a tarifa única e em caso de desobediência as empresas infratoras serão notificadas, multadas, bem como as caçambas estáticas apreendidas pelo Poder Público Municipal.

Artigo 5º - Poderão vir a ser criadas dentro das necessidades do comércio, da disponibilidade de vagas excedentes e das condições viárias de trânsito e tráfego das vias públicas que estão inseridas ou dão acesso à área de “Zona Azul”, áreas destinadas à carga e descarga.



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL-SP

Secretaria Geral

“Palácio do Café”

Artigo 6º - As áreas situadas em frente e próximas a hospitais que necessitem de maior tempo de permanência serão devidamente sinalizadas e a tarifa diferenciada estabelecida através de Decreto.

Artigo 7º - Fica reservado o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do total das vagas existentes dentro do perímetro delimitado para o sistema de estacionamento rotativo aos idosos e de 5% (cinco por cento) aos deficientes físicos e pessoas com mobilidade reduzida, ficando assegurado o direito à reserva de vagas por apresentarem mobilidade reduzida as gestantes e pessoas com criança de colo, de acordo com o Decreto Federal nº 5.296/2004, devendo as vagas serem sinalizadas no solo e verticalmente, conforme dispõe o CTB – Código de Trânsito Brasileiro.

Parágrafo Único - As normas para as referidas vagas deverão ser regulamentadas através de Decreto.

Artigo 8º - Ficam dispensados do pagamento da tarifa de estacionamento rotativo os seguintes usuários:

I - Os idosos a partir dos 60 (sessenta) anos de idade, e deficientes físicos, visuais ou mentais, que possuam mobilidade reduzida, comprovada por laudo médico da área especializada, quando estacionados em suas respectivas vagas devidamente sinalizadas; a utilização das vagas especialmente destinadas para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência, com dificuldade de locomoção ou para idosos, não isenta o usuário de respeitar as demais regras estatuídas na lei e no regulamento para o estacionamento, em especial a observância do prazo máximo de permanência do veículo na vaga e utilização do cartão de identificação para idosos e deficientes;

II - Os veículos oficiais da cidade seguindo as regras de comprovações e devidamente cadastrado no sistema da concessionária;

III - Os veículos de transporte coletivo (ônibus e similares), quando estacionados em seus pontos de parada;

IV - Os veículos oficiais da União, dos Estados e do Município, bem como suas autarquias.

Parágrafo único - O benefício descrito no caput, para o inciso I será exercido mediante o cadastramento do veículo e do beneficiário junto ao sistema da Concessionária obedecendo aos critérios e termos de regulamento.



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL-SP

Secretaria Geral

“Palácio do Café”

Artigo 9º - As motocicletas, motonetas e ciclomotores deverão estacionar em vagas destinadas a motocicletas e terão locais previamente estabelecidos por ato do Executivo, ficando expressamente proibido o seu estacionamento fora daqueles locais e os quadriciclos deverão utilizar as vagas destinadas aos veículos para estacionamento.

Parágrafo Único - As motocicletas, motonetas e ciclomotores ficam sujeitos ao pagamento de tarifa diferenciada, correspondente à 50% (cinquenta por cento) do valor cobrado para automóveis, sendo concedida a isenção de tarifa a motociclistas que usam o veículo como ferramenta de trabalho. Os quadriciclos ficam sujeitos ao pagamento de tarifa equivalente aos valores cobrados pelos veículos para uso do sistema.

Artigo 10 - O prazo de estacionamento na mesma vaga estará estabelecido nas placas de regulamentação e, será no máximo de 2 (duas) horas na região comercial, e 4 (quatro) horas na região hospitalar, objetivando a ocupação e rotatividade do Sistema.

Artigo 11 - Constituem irregularidades à presente lei:

- a) estacionar o veículo nas áreas regulamentadas sem efetuar o pagamento no ato do estacionamento;
- b) utilizar os equipamentos de controle de estacionamento ou Cartão de Zona Azul de forma incorreta, contrariando as instruções nele inseridas;
- c) ultrapassar o tempo máximo de estacionamento na mesma vaga ou no tempo estabelecido no Cartão de Zona Azul;
- d) trocar o Cartão de Zona Azul, após expirado o tempo máximo para permanência na mesma vaga.
- e) estacionar o veículo fora das áreas regulamentadas;
- f) estacionar em local demarcado por faixas amarelas “proibido estacionar” ou fora do espaço delimitado para a vaga.
- g) estacionar em vaga destinada a veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção sem utilização do cartão conforme resolução em vigência;
- h) estacionar em vaga destinada exclusivamente para veículos que transportem pessoas idosas sem utilização do cartão conforme resolução em vigência;



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL-SP

Secretaria Geral

“Palácio do Café”

Artigo 12 - Na hipótese do veículo exceder o prazo de estacionamento estabelecido, conforme determina o artigo 10 ou incorrer nas irregularidades descritas no artigo 11, ou se o proprietário ou preposto deixar de pagar o valor devido, ou ainda no caso de veículos estacionados em locais não autorizados, o responsável deverá regularizar sua situação mediante o pagamento de uma **TARIFA DE REGULARIZAÇÃO**, no valor correspondente a 5 vezes o valor horas de estacionamento, no prazo máximo de 01 (um) dia útil em local informado na mesma, após ter sido emitido o aviso de irregularidade pela fiscalização do sistema.

§ 1º - O não pagamento da tarifa de regularização dentro do prazo máximo estabelecido, implicará na aplicação de auto de infração pela autoridade de trânsito, previsto nos incisos XVII do artigo 181 e X do artigo 182, do Código de Trânsito Brasileiro.

§ 2º - Será competente para lavrar o auto de infração de trânsito previsto no § 1º deste artigo e lançar mão das medidas administrativas legalmente previstas para o tipo infracional, servidor civil, estatutário ou celetista ou, ainda, policial militar ou guarda municipal designado pela autoridade de trânsito do Município de Espírito Santo do Pinhal.

§ 3º - A Prefeitura Municipal, por meio do Departamento competente, fornecerá ao órgão responsável pela fiscalização do trânsito, os dados e os elementos necessários para a devida fiscalização e aplicação das penalidades cabíveis, dentro da área delimitada “Zona Azul”.

§ 4º - O pagamento do preço público a que se refere o caput deste artigo poderá ser feita diretamente com os monitores até as 18h00 ou pela internet até as 23h59 horas.

§ 5º - Notificações emitidas de segunda-feira a quinta-feira, a regularização deverá ocorrer até as 18h00 do próximo dia útil, com os monitores ou na sede da concessionária no município de Espírito Santo do Pinhal e até as 23h59, para regularização no aplicativo da concessionária.

§ 6º - Notificações emitidas na sexta-feira ou no sábado, a regularização deverá ocorrer até as 18h00 da próxima segunda-feira, diretamente com os monitores ou na sede da concessionária no Município de Espírito Santo do Pinhal e até as 23h59 para regularização no aplicativo da concessionária.

Artigo 13 - Fica o Executivo Municipal, autorizado a outorgar a terceiros, mediante licitação, concessão ou permissão para gestão de serviço público e controle do estacionamento rotativo de veículos em vias e logradouros públicos “Zona Azul” na forma da presente lei.



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL-SP

Secretaria Geral

“Palácio do Café”

Artigo 14 - O gerenciamento e o controle operacional do estacionamento rotativo de veículos em vias e logradouros públicos deverão ser informatizados com tecnologia que permita controle on-line e transações de dados em tempo real, e sistema automatizado móvel de vídeo monitoramento e verificação sobre o registro do veículo no sistema e o pagamento da tarifa operacionalizado através de software de reconhecimento da placa do veículo e verificação no sistema centralizado a fim de permitir total controle da arrecadação; elaboração de relatórios estatísticos; aferição de receitas e permitir auditoria sempre que necessário por parte do poder concedente.

Parágrafo Único - A concessionária ou permissionária do estacionamento rotativo no Município poderá aderir avanços tecnológicos na forma de cobrança e controle do sistema.

Artigo 15 - O prazo da concessão ou permissão de que trata esta lei será de até 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Artigo 16 - Ficará sob a responsabilidade da concessionária ou permissionária o ônus total da implantação e manutenção de sinalização vertical e horizontal, na área delimitada ao sistema de estacionamento rotativo de veículos **“Zona Azul”**, inclusive as vagas que serão destinadas para atender aos artigos 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da presente lei, sem quaisquer ônus ao Município.

Artigo 17 - O valor da tarifa relativa ao prazo de permanência do sistema de estacionamento, inclusive sua política tarifária, será fixado por meio de Decreto Municipal, antes do início da licitação.

Parágrafo Único - A periodicidade, o índice e o critério de reajuste deverão ser fixados no termo de outorga da concessão ou permissão.

Artigo 18 - O termo de outorga da concessão ou permissão deverá conter, entre outras disposições, as seguintes cláusulas obrigatórias:

I - o objeto, a delimitação da área e o prazo da concessão ou permissão conforme estabelecido nesta lei;

II - as condições econômicas e financeiras no que diz respeito a exploração do estacionamento, inclusive com previsão de regras e parâmetros de aferição de receitas, auditorias e acompanhamento da arrecadação;

III - a forma de pagamento devido ao Poder Público Municipal;



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL-SP

Secretaria Geral

“Palácio do Café”

IV - a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ou permissionária;

V - os direitos, garantias e obrigações da concessionária ou permissionária do Poder Público Municipal concedente, inclusive os relacionados a necessidade de futura alteração ou ampliação da exploração concedida, bem como os relativos ao aperfeiçoamento e modernização do sistema empregado;

VI - os direitos e deveres dos usuários das vagas de estacionamento, bem como o dever da concessionária ou permissionária de manter os usuários permanente e suficientemente informados acerca do funcionamento do sistema;

VII - a forma de relacionamento da concessionária ou permissionária com os agentes do Poder Público e da fiscalização de trânsito;

VIII - eventuais penalidades que possam ser aplicadas à concessionária ou permissionária pelo descumprimento das normas legais e contratuais para exploração da concessão ou permissão;

IX - as hipóteses e procedimentos para extinção antecipada da concessão ou permissão;

X - o prazo para o término da implantação de sinalização, bem como o prazo máximo para o início da exploração das vagas do sistema de estacionamento;

XI- o foro e o modo de resolução amigável de eventuais divergências que venham surgir ao longo do prazo de vigência da concessão ou permissão;

XII - que a concessionária ou permissionária ficará obrigada a tomar todas as providências e adotar as medidas necessárias para garantir a adequada e satisfatória operação do sistema, tais como gerenciamento, treinamento de pessoal, fornecimento de uniformes, equipamentos, materiais de consumo, impressos, confecção de placas de sinalização além de outros gastos decorrentes de atividades correlatas a serem desenvolvidas.

Artigo 19 - Ao Poder Público Municipal e a concessionária ou permissionária não caberá qualquer responsabilidade por acidentes, danos, furtos ou prejuízos de qualquer natureza que os veículos dos usuários venham a sofrer nos locais de estacionamento regulamentado não sendo exigível da concessionária a manutenção de qualquer tipo de seguro contra esses eventos.



MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL-SP

Secretaria Geral

“Palácio do Café”

Artigo 20 - A outorga da concessão ou permissão de que trata o artigo 13 da presente lei não implicará em nenhuma hipótese, na transferência da atividade política e administrativa ou de atribuição de fiscalização do cumprimento da legislação de trânsito, atividades que continuarão a ser exercidas pela autoridade de trânsito, na forma da lei.

Artigo 21 - Compete a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito a organização, o gerenciamento e a fiscalização da concessão ou permissão de que trata o artigo 13 da presente lei.

Artigo 22 - As disposições contidas nesta lei deverão ser regulamentadas pelo Poder Executivo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Artigo 23 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei 3073/2007.

Município de Espírito Santo do Pinhal, 13 de julho de 2021.


CRISTINA DO CARMO BRANDÃO BUENO DOMINGUES
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial Eletrônico e disponibilizada na Secretaria Geral da Prefeitura, aos 13 de julho de 2021.


Kely Cristina Marinelli Barbosa
Secretaria Geral